

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

ARIELE DVORCSHI

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS POLIFÔNICOS NO
DISCURSO NARRATIVO**

PORTO ALEGRE

2011

ARIELE DVORCSHI

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS POLIFÔNICOS NO
DISCURSO NARRATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Carmem Luci da Costa Silva

PORTO ALEGRE

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

ARIELE DVORCSHI

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS POLIFÔNICOS NO DISCURSO NARRATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a. Carmem Luci da Costa Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof.^a Claudia Stumpf Toldo
Professora da Universidade de Passo Fundo

Prof.^a M.^a. Elisa Marchioro Stumpf
Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 18 de julho de 2011.

A Jesus, meu melhor amigo, meu maior amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por tudo que Ele fez, faz e fará na minha vida, por ser meu sustento e meu motivo de riso a cada despertar.

Aos meus pais e a minha irmã, pelo seu cuidado, amor, motivação e orações para comigo.

Ao meu anjinho, Samuel Dumith, por fazer meus dias cada vez mais felizes.

Aos meus amigos e irmãos em Cristo, por serem suporte e exemplo para mim.

Em especial, a minha orientadora, professora Carmem Luci, por ter me acolhido, pela paciência e ajuda ao longo deste trabalho, pela sua ética e pelo seu exemplar profissionalismo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar como os alunos, em final de ensino fundamental, reconhecem, por meio da leitura de uma crônica narrativa, as diferentes vozes presentes nesse gênero, valendo-se de mecanismos linguísticos para sustentarem tal distinção. Para realizar o objetivo proposto, o estudo ancora-se na perspectiva enunciativa e polifônica de Oswald Ducrot, com destaque especial à polifonia de locutor. A conclusão principal a que se chega no estudo é a de que os alunos que conseguiram recuperar e perceber no discurso a superposição de vozes existente entre os distintos locutores e o modo como essas vozes se entrelaçam foram os que mais atribuíram sentidos à crônica.

Palavras-chave: polifonia, enunciação, narrativa, leitura.

ABSTRACT

The aim of this study is to examine how students recognize, through the reading of a narrative article based on an everyday event, the different voices in this genre by the end of Elementary School, making use of linguistic mechanisms to support such distinction. In order to achieve the final objective, this study was based on the enunciative and polyphonic approach by Oswald Ducrot, particularly the polyphony related to the locutor. It was possible to verify that the students who could regain and realize the superimposition of voices in speech among different locutors, as well as the way these voices connect to each other, were the ones who could give more meanings to the narrative article.

Keywords: polyphony, enunciation, narrative, reading.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Figuras enunciativas da narrativa, segundo SILVA (1996).....	23
Quadro 2 – Traços característicos das vozes, segundo Wolf & Hicks (1989).....	31
Quadro 3 – Respostas dos alunos ao questionário aplicado.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A POLIFONIA NO DISCURSO.....	11
1.1 Enunciação e polifonia.....	11
1.2 Enunciação e discurso narrativo	15
1.3. Polifonia e Leitura.....	21
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	25
2.1. Dos sujeitos.....	25
2.2. Do <i>corpus</i>	26
2.3 Procedimentos de análise.....	29
3. A POLIFONIA NO DISCURSO NARRATIVO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DA LEITURA PRODUZIDA PELOS ALUNOS.....	30
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

O processo de leitura requer movimentos ativos do leitor, pois ler é preencher lacunas, é estabelecer relações, é dialogar com os diferentes pontos de vista presentes no texto. Ao que parece, o processo de (re) construção de sentido, em primeira instância, se apresenta bastante simples, posto que nos “comunicamos” diariamente, sem maiores dificuldades. Entretanto, ao emprendermos um estudo linguístico ancorado em teorias sobre a linguagem, somos levados a concluir que, muito embora pareça automático, o processo de estabelecimento da significação nem sempre é tão fácil e em nenhum outro lugar isso se mostra tão claro quanto nas aulas de língua portuguesa, especialmente nas atividades de interpretação textual.

O estudo que aqui apresentamos resulta de uma preocupação particular, ainda que devesse ser comum a todos os professores de língua materna, com a forma como se dá o processo de leitura e interpretação de narrativas em sala de aula no que diz respeito à capacidade dos alunos de identificar ou não distintas vozes presentes no discurso.

Valendo-nos da perspectiva enunciativa e polifônica de Oswald Ducrot, que defende a concepção de que em todo discurso há uma pluralidade de vozes, é que embasaremos este estudo, com o objetivo de verificar se os alunos identificam os vários sujeitos que se apresentam nos enunciados e quais marcas servem para ancorarem essa identificação. Com isso, pretendemos mostrar que, para que os sentidos sejam produzidos no processo de leitura de narrativas, é necessário o reconhecimento das distintas figuras enunciativas e os diferentes planos de enunciação. Por isso, nossa proposta de estudo está centrada na noção de polifonia de Oswald Ducrot, autor que contesta o postulado de unicidade do sujeito no discurso.

Para realizar o objetivo proposto, dividimos o trabalho em três partes. O primeiro capítulo, intitulado A polifonia no discurso, traz o referencial teórico adotado, dividido em três partes. Na primeira parte, são estabelecidas as relações entre enunciação e polifonia; na segunda, entre enunciação e discurso narrativo e, por fim, entre polifonia e leitura.

No segundo capítulo, referente às considerações metodológicas, apresentamos primeiramente o corpus de nossa pesquisa, constituído de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo e de dez questões de interpretação de texto que foram aplicadas aos sujeitos participantes. Em seguida, apresentamos os sujeitos, seis alunos de uma turma de oitava série

que se dispuseram a participar deste estudo. Por último, contextualizamos os procedimentos utilizados na análise, que nos auxiliaram na separação e na caracterização das vozes presentes na narrativa.

No terceiro capítulo, retomamos a questão da polifonia no discurso narrativo e apresentamos a análise com base nas respostas ao questionário, bem como a discussão sobre leitura produzida pelos alunos. Por isso, partimos de um esboço geral das respostas, para, em seguida, responder a questões mais específicas relacionadas à identificação das vozes feitas pelos alunos e à importância disso para o processo de leitura.

Por fim, trazemos nossas reflexões a respeito da validade deste trabalho e os principais pontos observados na pesquisa que podem, quem sabe, apontar para futuros estudos.

1. A POLIFONIA NO DISCURSO

1.1 Enunciação e polifonia

A Ciência Linguística em sua diversidade abriga, de um lado, pesquisas que tratam os mecanismos de funcionamento da língua como regulares e gerais, de outro, pesquisas que contemplam esses mecanismos como um uso de língua que comporta marcas singulares constitutivas da atualização da língua em discurso pelos sujeitos. Neste capítulo, procuraremos situar nosso estudo em uma das perspectivas de pesquisa que contempla a língua em emprego, a perspectiva enunciativa. Dentro desse campo, delimitaremos nosso estudo na perspectiva enunciativo-argumentativa de Oswald Ducrot, linguista enunciativo que contesta o pressuposto de unicidade do sujeito falante no discurso. Esse semanticista defende que, no enunciado ou no discurso, emergem diferentes vozes distintas daquele que se responsabiliza pela enunciação. Essa pluralidade de vozes presentes no discurso é o que o autor nomeia “polifonia”.

Considerando que a percepção das diferentes vozes no discurso é um elemento primordial na leitura, nosso interesse neste estudo é justamente, a partir da perspectiva enunciativa e polifônica de Oswald Ducrot, alicerçar teoricamente nossa reflexão para contribuir com o ensino de leitura na sala de aula.

O fenômeno da polifonia em enunciação é uma questão consideravelmente importante para se compreender como os sentidos se constituem no discurso. E é através da identificação do aspecto polifônico de um discurso que se observa a pluralidade de vozes que apresenta, elemento primordial para a produção de sentidos na leitura.

Qual a concepção de enunciação e de polifonia de Oswald Ducrot? Produzir uma resposta a essa questão é o principal objetivo deste capítulo.

O termo polifonia foi tomado da música por Bakhtin com um sentido metafórico para diferenciar duas formas de literatura: a *dogmática*, na qual se expressa apenas a voz do autor; e a *polifônica*, em que se expressam diversas vozes que se apresentam por si mesmas, sem o ponto de vista do autor, como se fossem máscaras de carnaval.

Adaptando a polifonia à análise linguística, Ducrot se opõe ao princípio de unicidade do sujeito falante e ao postulado de que por trás de um enunciado se expresse uma só voz.

Para ele, o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, e sim pondo em cena determinado número de personagens, os quais se confrontam e resultam no aparecimento de diferentes vozes. De fato, para o autor, “o sentido de um enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem” (DUCROT, 1988, p. 16). Ducrot propõe, então, uma teoria polifônica da enunciação, a qual apresenta a tese de que, em um mesmo enunciado, estão presentes diferentes sujeitos com "status lingüísticos" variados e que remetem a três funções diferentes no discurso: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador.

Para mostrar a pertinência lingüística da noção de polifonia, o semanticista insere a sua descrição do sentido em uma concepção enunciativa de linguagem. A enunciação, concebida como o aparecimento do enunciado (DUCROT, 1987, p. 168), dá existência à língua e aos sujeitos. O discurso, de modo análogo ao enunciado, é concebido como produto da enunciação. Interessa estudar nessa perspectiva não o sujeito produtor do enunciado, mas verificar as figuras constituídas no sentido do enunciado. Esse sentido traz uma representação da enunciação como um confronto de pontos de vista diferentes. Sendo assim, é a descrição do sentido do enunciado ou discurso que evidencia a sua enunciação. Com isso, Ducrot (1987) mostra que o autor do enunciado ou discurso não se expressa diretamente, mas põe em cena, no mesmo enunciado ou discurso, certo número de figuras enunciativas. A proposta do autor em sua Teoria Polifônica é a de que a descrição da enunciação, constitutiva do sentido do enunciado/discurso, contém a atribuição da enunciação a vários sujeitos: sujeito falante, locutor e enunciadores. Ducrot (1988) descreve essas figuras com diferentes funções, conforme exposição a seguir.

Na função de sujeito empírico (SE), está o autor efetivo do enunciado, o que não é, na opinião de Ducrot, algo com que o linguista semanticista deva preocupar-se, pois esse deve voltar-se ao sentido do enunciado e não às condições externas de sua produção. O autor diz que quem deve se preocupar com a determinação do SE são os sociolinguistas ou psicolinguistas.

Na função de locutor (L), encontramos o principal responsável pelo enunciado, ou seja, “a pessoa a quem se lhe atribui a responsabilidade da enunciação no enunciado mesmo.” (op. cit., p. 17). O locutor deixa suas marcas no enunciado, tais como: “eu”, “me”, “mim”, “aqui”, “agora” etc. Essa figura pode ser completamente distinta do sujeito empírico, uma prova disso é que se pode conceder a palavra a seres incapazes de falar. Ducrot aponta como exemplo disso uma lata de lixo com a inscrição “não hesite em me utilizar.” O “me” remete à lata de lixo, que não é o SE, mas sim, o locutor desse enunciado.

A última função é a de enunciador (E). Nela se encontram as origens dos diferentes pontos de vista apresentados nos enunciados. Para Ducrot, “todo enunciado apresenta certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala” (DUCROT, 1988, p. 19).

Os enunciadores não são pessoas, mas pontos de perspectivas abstratos postos em cena pelo locutor. O locutor pode até identificar-se com alguns desses enunciadores, mas geralmente mantém distância deles. O conceito desse elemento da enunciação pode ser visto, através das palavras do próprio autor:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192)

A partir dessas figuras enunciativas, principalmente, a de *locutor*, Ducrot assinala uma das formas de *polifonia*, a qual ocorre no discurso relatado. Como mostra o exemplo: Se João diz «Pedro **me** disse: “**eu** irei ao cinema amanhã”», podem encontrar-se, nesse caso, duas marcas de primeira pessoa que remetem a seres diferenciados, evidenciando dois *locutores* diferentes, o primeiro sendo relacionado a Pedro e o segundo, a João. Por isso, Ducrot prefere caracterizar o discurso relatado como consistindo, fundamentalmente, em uma apresentação de uma enunciação dupla: o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois *locutores* distintos, eventualmente subordinados. Como afirma Silva (1996), do ponto de vista empírico, para Ducrot, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda, de uma hierarquia de falas.

Além de assinalar essa forma de *polifonia*, quando há mais de um *locutor* explicitamente marcado, a noção de *enunciador* (E) permite a Ducrot (1987) descrever uma segunda forma de *polifonia*: aquela que ocorre quando se encontra, em um discurso, a voz de alguém que não tenha as propriedades que se atribui ao *locutor*. São os *enunciadores*, que se expressam através da enunciação, aparecendo somente a manifestação de suas posições, mas não, no sentido material, suas “falas”. Esses *enunciadores* falam de perspectivas diferentes, de pontos de vista diversos sem se servirem de marcações explícitas para mostrarem sua “voz”. Essa noção de *polifonia* permite explicar alguns fenômenos linguísticos, entre os quais a pressuposição, a negação, a ironia, o discurso indireto livre etc.

Segundo Ducrot, há muitas pessoas que pensam que a ironia e o humor não pertencem à língua, são apenas utilizações da língua. Em razão disso, uma descrição completa da

significação linguística deve conter noções que possibilitem a descrição do humor e da ironia, e a distinção entre locutor e enunciador possibilita isso.

Tanto no humor quanto na negação, um enunciador diz algo que é inadmissível do ponto de vista do locutor. No humor, o enunciador é apenas apresentado pelo locutor, sendo que este não compartilha do ponto de vista inadmissível e não o corrige. Na negação, o ponto de vista inadmissível é corrigido e refutado pelo enunciador.

A teoria de Ducrot é centralizada na argumentação, isto é, nas marcas colocadas no discurso pelo locutor. Sendo assim, as relações no discurso são estabelecidas não apenas entre palavras, sintagmas, períodos, mas igualmente entre discursos.

No enunciado, entendido como um segmento de discurso, é que se criam as relações entre as frases. Desta forma, enunciado e discurso possuem um lugar, uma data e interlocutores. É fato empírico, observável e não se repete. Pelo viés da semântica, a significação é o valor semântico da frase (entidade abstrata), e o sentido (entidade concreta), o do enunciado; ou seja, a frase tem uma significação, enquanto o enunciado tem um sentido. A significação não vem antes do uso, mas é aberta, indica simplesmente o trabalho que se deve fazer para compreender o enunciado. A cada frase de uma língua é atribuída uma significação, isto é, um conjunto de instruções que possibilita a constituição do sentido dos enunciados no discurso.

O que deve ficar claro aqui é que, para Ducrot, o sentido de um enunciado é polifônico e consiste em dois elementos: a apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores e a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. Dessas possíveis posições, Ducrot distingue três: o locutor pode identificar-se com algum dos enunciadores, pode concordar com eles ou, ainda, pode refutá-los. O locutor se identifica com um enunciador quando tem como objetivo impor o ponto de vista desse enunciador; concorda, quando indica estar de acordo com esse enunciador e refuta, quando rechaça o ponto de vista do enunciador.

Nota-se que, em Ducrot, o locutor não é apenas aquele que se apresenta como responsável pelo enunciado, fazendo-se presente através de marcas formais da enunciação, mas é quem organiza as diferentes vozes (outros locutores e enunciadores) e ainda se posiciona em relação a tais vozes.

É justamente devido ao fato de nosso interesse centrar-se no discurso narrativo que enfatizaremos na investigação a primeira forma de polifonia, a de locutor. A de enunciador, embora seja considerada no estudo, não será o foco da análise.

Com as noções aqui esboçadas, pretendemos deslocar os conceitos de enunciação, polifonia e outros conceitos a esses associados para a discussão sobre o discurso narrativo, questão de que trataremos no item seguinte.

1.2 Enunciação e discurso narrativo

Para falarmos do discurso narrativo, necessário se faz que iniciemos com a conceituação de discurso na perspectiva teórica deste estudo, a fim de nos posicionarmos sobre as teorias do discurso narrativo propriamente dito.

Ao sistematizar a análise das entidades linguísticas, Ducrot (1984) distingue as entidades abstratas – a *frase* e o *texto* – de suas ocorrências concretas – o *enunciado* e o *discurso*. Para o autor, *frase* e *enunciado* situam-se em um nível elementar de análise, enquanto *texto* e *discurso* situam-se num nível complexo. Assim, o *discurso* é a realização do *texto* e produto da enunciação. Para que uma sequência de enunciados constitua um discurso, e não uma justaposição incoerente de enunciados, o autor propõe, como condição suplementar, que os enunciados sucessivos não sejam acontecimentos independentes, mas se apoiem uns nos outros. Ex.: a sequência “Amanhã vai fazer bom tempo: vou à praia” apresenta dois segmentos, pois o locutor faz duas asserções, uma a propósito do tempo do dia seguinte e outra a propósito do que vai fazer no dia seguinte, sendo que a segunda asserção apóia-se na primeira, numa relação argumentativa. É com a concepção de discurso como produto da enunciação que seguiremos a reflexão sobre o discurso narrativo.

Em se tratando do discurso narrativo, então, há muitas abordagens que o caracterizam do ponto de vista de sua estrutura. Perroni (1992) cita como a mais conhecida a narrativa de experiências pessoais de Labov (1967 *apud* PERRONI), autor que a define como um método de repetir experiências vividas numa correspondência entre sequências verbais de cláusulas a outra sequência de eventos já ocorridos. Para Labov (1967 *apud* PERRONI), na análise de narrativas orais, a técnica de construção é diferente, pois recapitulam a experiência ocorrida na mesma ordem dos eventos originais, definindo-a através da sequência temporal. Dessa maneira, podemos afirmar que nem toda repetição de experiências pessoais pode ser considerada narrativa, de acordo com o autor, pois somente poderiam ser chamadas aquelas que recapitulam a experiência numa sucessão cronológica.

A partir desta posição, a dependência temporal entre enunciados, tradicionalmente, é mencionada como característica fundamental do discurso narrativo. Além dela, Perroni cita, ainda, a utilização de verbos de ação flexionados no perfeito.

Como conclui Perroni, ao citar Lajollo, Osakabe e Savioli (1977):

[...] a narrativa está, portanto, em oposição ao que se pode chamar de “rol”, um tipo de enumeração ou listagem feita pelo locutor de ações ou processos habituais, ordenados ou não. Para que haja narrativa, é indispensável o acontecimento singular e inédito, digno de “ser narrado”. (PERRONI, 1992, p. 20)

Dentro das abordagens sobre estrutura narrativa, a autora cita ainda os trabalhos de Rumelhart (1975) e Kintsch e Van Dijk (1975), entre tantos outros, na área psicolinguística, os quais tentam demonstrar como ocorrem as narrativas a partir de representações mentais:

[...] a compreensão e a recuperação (retrieval) de narrativas se dá através de representações mentais – esquemas ou macroestruturas concebidos sob a forma de regras de reescritura operando sobre categorias como cenário, episódio, evento, etc. (PERRONI, 1992, p. 21)

No entanto, Perroni (1992) discorda em alguns pontos dos autores, dizendo que as macroestruturas narrativas não podem ser estudadas como regras de reescritura. Aborda, ainda, a questão do ponto de vista linguístico do discurso narrativo que apontam o uso da sentença ou cláusula como unidade originária do discurso, por seu caráter estático ou “objetificante da descrição que assim se obtém” (PERRONI, 1992, p. 22).

A referência a cláusulas também pode ser vista nos estudos de Labov (1967 e 1972), o qual identifica três tipos de cláusulas, a narrativa, as livres e as restritas. Reconhece como narrativa aquelas que “mantêm a seqüência temporal estrita que é a característica definidora de narrativa” (1967, p. 22). Como cláusula livre, define as que ocorrem livremente através da seqüência narrativa; enquanto, para o autor, a terceira, ou cláusula restrita, não seria ordenada temporalmente, nem teria uma localização determinada e previsível. Para ele, em geral, a estrutura global de narrativa é o resultado da adição de “seções”. Assim:

[...] orientação, complicação, avaliação, resolução e corda, cada uma desempenhando uma determinada função nessa estrutura. Entre essas seções, a complicação é a única indispensável: é a seção narrativa propriamente dita. (PERRONI, 1992, p. 23)

Com efeito, todos os estudos mencionados neste trabalho, apontam para a classe de verbos, tempo e aspecto verbal, recursos sintáticos e pronominais para descrever a estrutura narrativa. Mas a complicação, ou conflito como descrito por Gancho (2006), é a característica essencial de toda estrutura narrativa.

Todavia, para Perroni, estes critérios não são suficientes para o entendimento do processo. Para ela, outros fatores devem ser considerados e relacionados ao contexto de interação dos interlocutores, como a não produção da narrativa.

Perroni cita o trabalho de Watson-Gegeo e Boggs (1977) como sendo o que fornece uma explicação processual, reconhecendo a necessidade de considerar a situação de interlocução e o papel de textos modelos na produção de narrativa. Esses autores, segundo ela, observaram que:

As crianças interagindo com pais e demais parentes em circunstâncias informais em casa, só encontraram poucas narrativas, mas um grande número de outras rotinas verbais semelhantes às usadas na elaboração de narrativas. Daí concluem que as crianças eram capazes de construir narrativas longas e complexas em circunstâncias particulares de interação em grupo, usando rotinas verbais aprendidas e praticadas em outro lugar, isto é, em casa. Além de mostrar o papel do conhecimento daquelas rotinas verbais na construção das narrativas pelas crianças, os autores salientam ainda que só esse conhecimento não é suficiente e mostram a importância de fatores situacionais e contextuais do grupo como, por exemplo, a presença de um adulto interessado. (PERRONI, 1992, p. 26)

Com essas noções dos pesquisadores sobre processos narrativos e sua forma de desencadeamento, principalmente em crianças, passando do estágio de encadeamento de elementos, ao de complementariedade ou similaridade, com o envolvimento temporal e uma certa dependência da atuação lingüística do adulto, podemos afirmar que a criança chega ao estágio em que assume o papel de narrador e passa a produzir narrativas “extremamente semelhantes quanto a sua complexidade” (PERRONI, p. 79).

Embora Perroni reflita sobre a importância da interlocução na produção de narrativas, não trata, na parte teórica de seu estudo, da presença de distintas figuras na narrativa (narrador e personagens) que se constituem nesse tipo de discurso, pois busca mostrar como as crianças constroem a estrutura narrativa na relação interlocutiva com o outro.

Além da abordagem de Perroni, consideramos relevante neste item trazer a reflexão de Gancho (2006) acerca da narrativa. A autora propõe a análise de narrativas a partir

de cinco elementos, destacando a importância dos fatos. Para ela, sem fatos não há história, e quem vive o ocorrido – algo acontecido num determinado tempo e lugar – são os personagens.

O enredo, segundo a autora, seria um dos elementos da narrativa, e este precisa ser observado a partir das partes que o compõem e sua natureza ficcional. Referindo-se à verossimilhança do texto ela afirma:

[...] os fatos de uma história não precisam ser verdadeiros (no sentido de corresponderem exatamente a fatos ocorridos no universo exterior do texto), mas devem ser verossímeis: isto que dizer que, mesmo sendo inventados, o leitor deve acreditar no que lê. Esta credibilidade advém da organização lógica dos fatos dentro do enredo, da relação entre os vários elementos da história...Na análise de narrativas, a verossimilhança é percebida na relação causal do enredo, isto é, cada fato tem uma causa e desencadeia uma consequência. (GANCHO, 2006, p. 12)

Dessa forma, na análise das narrativas, este conceito de verossimilhança pode ser percebido pela relação causa/efeito ou consequência. Estes fatos são ligados pelo elemento conflito, o qual desencadeia todas as ações no texto.

Conflito é qualquer componente da história (personagens, fatos, ambiente, idéias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história e prende a atenção do leitor. Em geral, o conflito se define pela tensão criada entre o desejo da personagem principal (isto é, sua intenção no enredo) e alguma força opositora, que pode ser uma outra personagem, o ambiente, ou mesmo algo do universo psicológico. (GANCHO, 2006, p. 13)

Em termos de estrutura, o conflito, segundo Gancho (2006), determina as partes do enredo: exposição, complicação (ou desenvolvimento), clímax e desfecho.

Guedes (2002), de modo semelhante a Perroni (1992), defende que o conflito é a própria essência da narração, uma vez que, “se não for para contar um problema, nem vale a pena abrir a boca, ou juntar palavras num papel” (GUEDES, 2002, p. 153).

Nessas considerações sobre o enredo, devemos destacar a narrativa psicológica, pois nela os fatos nem sempre são claros, porque não equivalem a ações concretas de uma personagem, mas relaciona-se com seus sentimentos e movimentos do eu interior. Contudo, é

passível de análise, assim como o enredo de ação, pois tem um conflito, apresenta partes e verossimilhança.

Ainda, dentro da análise da estrutura da narrativa, é importante destacar o elemento tempo. Os fatos de um enredo são ligados ao temporal, embora em vários níveis diferentes. Pode-se constituir numa época histórica que funciona como pano de fundo para o enredo, ou com o tempo real em que foi feita a narração. O tempo ainda pode ser cronológico, assim denominado porque transcorre na ordem natural dos fatos, mensurável em horas, dias etc. Ou tempo psicológico, compreendido como o que transcorre numa ordem determinada pelo desejo ou pela imaginação do narrador ou das personagens.

Dentro dos cinco elementos descritos por Gancho como relevantes na estrutura da narrativa, temos ainda o *espaço*. Esse, por sua vez, pode ser definido como o lugar onde se passa a ação da narrativa. Ele exerce a função de situar as ações e estabelecer um elo entre estas e os personagens.

No entanto, para falar em narrativa, necessário se faz abordar outra característica, a do narrador, pois ele é, segundo Gancho, o elemento estruturador da história. A autora salienta, ainda, que o narrador não é o autor, mas uma entidade de ficção, isto é, uma criação linguística do autor, sendo assim, só existiria a partir do texto.

Tal definição também é corroborada por Guedes (2002), ao afirmar que:

Para determinar, portanto, o que é um narrador, comecemos por aí: o narrador não é o autor, e, assim, como postulamos uma unidade temática, isto é, uma redução do assunto todo a um único tema capaz de organizar um relato, precisamos também postular uma redução do autor a uma unidade narradora capaz de mostrar-se para o leitor como o mais adequado personagem para apresentar a mais interessante versão da história que conta [...] (p.123)

Guedes (op. cit.) ainda observa que o narrador não é só um personagem, é o próprio ponto de vista do que está sendo contado, uma voz impessoal que representa um conjunto de idéias a respeito da vida e do mundo.

Dessa forma, pode haver mais de um tipo de narrador, dependendo de como se coloca frente aos fatos narrados. Gancho classifica-os em: terceira pessoa, onisciente, onipresente.

Esses narradores expressam-se através de discursos, o mesmo acontecendo com os personagens. Os discursos são as várias possibilidades de que o narrador dispõe para registrar as falas das personagens (GANCHO, 2006, p. 37).

Esse registro pode ocorrer através da fala da personagem de modo integral e de como ela a expressa, teríamos neste caso o discurso direto. “Isso equivale a afirmar que a personagem fala diretamente, sem a interferência do narrador, que se limita a introduzi-la.” (GANCHO, p. 37).

Outra forma de registrar a fala das personagens seria pelo discurso indireto, por meio do qual o narrador é o intermediário entre o instante da fala da personagem e o leitor, de modo que a linguagem do discurso indireto é a do narrador. Ou seja, o narrador diz com suas palavras o que as personagens disseram.

Gancho refere-se, ainda, a outro tipo de discurso, o indireto livre, que seria, segundo ela, um meio-termo entre o discurso direto e o indireto, apresentando expressões típicas da personagem, mas com intervenção do narrador. Observa, também, que uma das características do discurso indireto livre é o seu uso para transcrever pensamentos e expressões peculiares de uma personagem.

Nesse tipo de discurso, percebem-se algumas particularidades, tais como o uso de pontuação correspondente, tipo interrogação ou exclamação; não apresenta o “que” e o “se” característicos do discurso indireto, bem como não apresenta verbo de elocução.

Além dessas características do texto narrativo, Guedes (2002) ainda enumera a objetividade, a unidade temática, concretude e questionamento, considerados como um conjunto de qualidades que determina a relação que o texto vai estabelecer com os leitores. Assevera, além disso, que essas são qualidades discursivas necessárias para que uma narração se transforme em um texto.

O autor atenta, também, para a importância da diferenciação entre narrativa oral e escrita. Enquanto na narrativa oral parte-se do pressuposto de que os ouvintes têm conhecimento prévio das histórias a serem contadas, a narrativa escrita necessita que o autor crie um gancho para situar o leitor, uma vez que também a atitude receptiva do leitor é diferente da do interlocutor; já que o primeiro terá de atribuir sozinho significação para o que está lendo. Por isso, lembrar e comparar o que já leu com as vivências é importante para o autor constituir uma narrativa qualificada para o seu leitor.

Assim, se dá, também, com a expectativa do leitor e do ouvinte, pois o leitor “espera um relato completo que o conduza, que o encante, que o instrua, que o esclareça a respeito do problema que lhe apresentou como tão interessante, problema que, graças ao gancho feito pelo autor, passou a ser uma questão também do leitor (GUEDES, 2002, p. 118); enquanto

para o ouvinte não é problema as lacunas da história que lhe é contada, uma vez que é nessa lacuna que ele (ouvinte) tem oportunidade de participar dela, seja opinando ou perguntando.

O que Guedes (op. cit.) sintetiza, portanto, como essencial ao texto narrativo em sua relação com o leitor é: a) o estabelecimento do interesse de seu assunto para o próprio narrador; b) a escolha de algo relevante para o leitor (e não apenas para o seu narrador); c) o fornecimento de elementos necessários para que o leitor possa entender e, principalmente, avaliar a história que lhe está sendo contada e d) a caracterização do narrador, com indicações claras de quem se assume na narrativa, por meio do valor que atribui aos fatos que narra.

Para Guedes, a narrativa tem, então, o leitor como determinante, sendo essencial que o narrador o situe no tempo e no espaço. De modo similar, Gancho (op. cit.), quando descreve as características da narrativa, defende que, através de um narrador coerente e confiável, o leitor é conduzido sem ficar com dúvidas quanto ao que lê.

No estudo de Gancho (op. cit.), aparece a distinção entre discurso direto e discurso indireto, que, na concepção enunciativa de linguagem aqui esboçada, esses discursos se relacionam à polifonia de locutor, questão de que trataremos a seguir.

1.3. Polifonia e Leitura

A pergunta que pretendemos responder neste item é a seguinte: de que modo *polifonia* e *leitura* podem ser articuladas? Para tanto, retomaremos algumas questões tratadas nos itens anteriores, a saber: texto, discurso, polifonia e sentido.

Ducrot (1987), conforme o item 1.1., constrói uma teoria do *sentido*, considerando-o como constitutivo da enunciação. Por isso, sua noção de *enunciação* não se vincula a ato, mas ao fato de que um *enunciado* aparece. Nessa acepção de enunciação, não há interesse pelo sujeito produtor do enunciado, mas pelas figuras enunciativas constituídas no *sentido* do enunciado. Esse sentido traz uma representação da *enunciação* como um confronto de pontos de vista diferentes. Sendo assim, é a descrição do *sentido* do enunciado que evidencia a sua enunciação.

É nessa visão enunciativo-argumentativa que Ducrot (1987) concebe as noções de *texto* e de *discurso*. Conforme Azevedo (2002), essa distinção aparece a partir da delimitação que Ducrot estabelece entre os dois níveis de realização *linguística*: *elementar* e *complexo*. A *frase* e o *enunciado* fazem parte do nível elementar. Conceitua *frase* como entidade abstrata

que permite ao locutor realizar o seu dizer e enunciado como as múltiplas manifestações ou realizações a que a frase dá lugar. No nível complexo, estão o *texto* e o *discurso*. O *texto* é uma unidade composta pelo encadeamento de frases; o *discurso*, uma seqüência de enunciados ligados entre si. Nesse caso, tanto *enunciado* como *discurso* são produtos da enunciação.

A discussão em torno da enunciação, como já abordada, vincula-se também à noção de polifonia, através da qual o autor contesta a idéia de que cada enunciado ou discurso, como realizações concretas da frase e do texto, tenha apenas um sujeito falante. Em vez disso, afirma que o sentido de um enunciado é a representação de um ou vários sujeitos. Assim sendo, é objeto próprio da concepção polifônica mostrar como a descrição do sentido do enunciado e do discurso apresenta a superposição de vozes desses diferentes sujeitos presentes na enunciação.

Como ler implica produzir sentidos para o que se lê, concebemos que a análise polifônica de um discurso ocorre com a apreensão das representações do sujeito no discurso por meio da distinção das vozes nele presentes. A verificação de como as distintas vozes se constituem e se entrelaçam contribui para a construção de um leitor crítico. Por isso, essa reflexão dialoga com o trabalho de leitura em sala de aula.

Deslocando as questões ducrotianas para a leitura, podemos dizer que o discurso, produto da enunciação, é um artefato incompleto, um tecido de ditos e não-dito, o que requer movimentos cooperativos e ativos do leitor. Nesse movimento, concebemos que o leitor atribui sentidos ao discurso apreendendo dele não só que está dito, mas também o que não está dito.

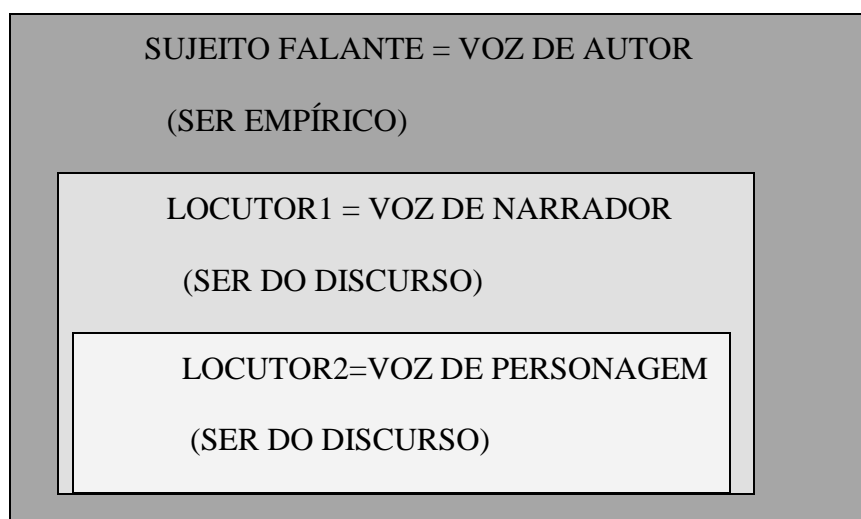
Nesse caso, o discurso não preexiste à leitura, mas é atualizado na leitura enquanto acontecimento enunciativo de produção de sentidos. Por isso, dois leitores distintos atribuem sentidos particulares a um mesmo discurso. No entanto, essa singularidade acontece pela verificação de que cada discurso contém uma pluralidade de vozes, pois não há por trás de um enunciado ou discurso só uma pessoa que fala, mas vários sujeitos com status linguísticos diferentes e que remetem a funções diferentes no discurso.

A enunciação, entendida como o aparecimento do enunciado, dá existência à língua e aos sujeitos. O sentido de um enunciado consiste na descrição de sua enunciação e nessa descrição está inscrita uma pluralidade de vozes apresentadas pelo locutor. Esse sentido, então, coloca a enunciação como sendo um confronto de pontos de vista distintos. Para fins

desse estudo, focaremos as diferentes figuras (ou vozes) que aparecem na descrição da enunciação do discurso narrativo e que lhe conferem um caráter polifônico.

Segundo Silva (1996), para Ducrot, a polifonia de locutor está relacionada à coexistência de falas de sujeitos diferentes num mesmo espaço discursivo. No discurso narrativo, é possível observar nesse fenômeno uma hierarquia (subordinação ou dependência de falas) entre a voz de narrador ou locutor 1 e a voz de personagens ou locutores 2, 3, 4..., o que conduz a autora a elaborar o quadro a seguir para ilustrar as figuras enunciativas de uma narrativa.

QUADRO 1 - Figuras enunciativas da narrativa, segundo SILVA (1996).



Como vemos, o enunciado ou discurso contém figuras, as quais demonstram a diversidade de representação do sujeito no enunciado/discurso, fazendo parte de seu sentido. No alto, vemos a figura do sujeito falante, o autor efetivo do enunciado. Logo abaixo, está o locutor 1, a quem é atribuída a responsabilidade pela enunciação. Como o locutor (correlato em uma narrativa da figura de narrador) está inscrito no sentido do enunciado e nele pode deixar suas marcas, esse é o responsável pelo discurso narrativo. Por fim, aparece o locutor 2, correlato, no discurso narrativo, aos personagens, cujos discursos são inseridos na enunciação do narrador/locutor 1. Fica claro aqui que existe uma hierarquia entre as vozes. Para Ducrot (1987 *apud* SILVA, 1996), “não há paradoxo entre o sujeito falante e o locutor, pois o primeiro é um elemento da experiência e o segundo, uma ficção discursiva”. (p. 25).

Para Ducrot, o discurso relatado consiste, basicamente, na apresentação de uma enunciação dupla, em que o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos. No discurso direto, a fala do personagem é, via de regra, acompanhada por

um verbo de elocução, seguido de dois-pontos. Essa forma de polifonia ocorre normalmente em relatos ficcionais.

Quando o relato está em primeira pessoa, o narrador se assume como locutor (L1), como responsável pela enunciação. Quando o narrador se encontra em terceira pessoa, ainda que não se saiba que locutor é seu responsável e que seja conferido ao enunciado um caráter impessoal, há um locutor que se responsabiliza pelo dito e que apresenta vozes distintas, remetendo a seres diferentes do narrador. Assim, a diferença entre uma narrativa em primeira e uma em terceira está no fato de que na de primeira o narrador se assume como locutor e na de segunda, não.

Ducrot ainda concebe que, num enunciado, pode haver um “desdobramento” do locutor, que ocorre quando o sujeito falante utiliza diversos “eus” que remetem a ele mesmo, como em “Eu avistei Maria e lhe disse: - Eu quero falar com você.” Aqui o locutor é concebido como um ser do discurso e está inserido no sentido do enunciado, mas isso não impede que um ser empírico, ao se constituir como locutor, utilize diferentes “eus” que remetam a ele mesmo.

Como vimos, segundo Ducrot, há polifonia de locutor quando há existência de dois locutores distintos em casos de dupla enunciação e em casos de desdobramento do locutor. As finalidades desta divisão seriam a de dar a conhecer o discurso atribuído a alguém; produzir um eco imitativo; apresentar um discurso imaginário; organizar um teatro no interior da própria fala, com pergunta e resposta; permitir que alguém se faça de porta-voz de outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetam ao porta-voz, bem como à pessoa da qual o locutor é porta-voz. Também se percebeu que o relato em estilo direto é o que melhor concretiza a polifonia, pois confere a outros a autonomia de falar.

Consideramos que o reconhecimento dos distintos locutores no discurso narrativo e dos diferentes planos enunciativos (do locutor 1, do locutor 2, do locutor 3, do locutor 4...) são elementos fundamentais para os alunos produzirem sentidos aos diferentes gêneros do tipo narrativo (romance, conto, crônica etc.).

Embasados nas noções de polifonia e de leitura, pretendemos evidenciar como os alunos depreendem as diferentes vozes no discurso narrativo em sua leitura. Para tanto, na seção de metodologia, a seguir, procuraremos delimitar: 1) o *corpus* deste estudo, 2) o contexto enunciativo de coleta de dados e 3) os procedimentos de análise.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Visando uma forma de identificar naqueles que têm sido o alvo de nossas preocupações enquanto professores de língua materna, a saber, os alunos, o conhecimento que os mesmos possuem sobre essas figuras enunciativas representadas no discurso narrativo, elaboramos esta pesquisa. A seguir, apresentaremos: o *corpus* deste trabalho, constituído de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo e de um questionário a respeito da mesma que deverá ser respondido pelos alunos participantes da pesquisa e, por fim, delimitaremos os procedimentos que usamos para analisar os dados da pesquisa.

2.1. Dos sujeitos

Como sujeitos de nossa pesquisa, foram escolhidos seis alunos pertencentes a uma turma de oitava série de um colégio estadual da cidade de Gravataí. A escolha dos mesmos esteve desde o princípio relacionada ao interesse deles pelas atividades de leitura propostas em sala de aula e pela disposição e interesse dos mesmos em participar de nosso trabalho.

Em sua totalidade, os sujeitos residem na região central de Gravataí e são colegas desde a quinta série do ensino fundamental, o que nos possibilitará analisar as suas respostas, considerando o fato de que esses alunos tiveram um trabalho centrado na leitura de textos narrativos.

O grupo é composto por três meninas e três meninos, de faixas etárias que variam entre 13 e 14 anos. As meninas se mostraram bem mais entusiasmadas que os meninos, discutindo entre si quem iria “acertar” mais questões e ansiosas em saber quando apresentaríamos as “respostas corretas.”

A escolha do grupo e da série esteve relacionada também ao fato de que, durante o primeiro trimestre deste ano letivo, os alunos trabalharam de forma intensa com o discurso narrativo, através da análise de contos e crônicas, abordando: o papel do narrador; diferenças entre narração feita em 1ª e 3ª pessoas; uso de recursos lingüísticos, tais como ironia, ambigüidade, polissemia e estrangeirismos.

2.2. Do corpus

Julgamos adequado o uso da crônica do tipo narrativo para compor o *corpus* deste estudo, visto ser um gênero que apresenta em sua constituição a polifonia de locutor explicitada. A crônica selecionada é escrita em terceira pessoa e o autor apresenta seu ponto de vista através da apresentação das vozes de outros locutores.

Escolhemos uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, intitulada “Sexta-Feira 13”, pelo fato de o autor fazer uso recorrente de humor e ironia em seus textos, o que é interessante para a análise deste trabalho, e também porque no texto são conferidas vozes não só ao narrador (L1), mas também aos personagens (L2, L3 etc.).

Através da leitura do texto, os alunos responderam a um conjunto de perguntas referentes à crônica, elaboradas com o intuito de demarcar a capacidade dos alunos de reconhecer e recuperar as diferentes figuras e suas vozes apresentadas pelo locutor responsável pelo discurso narrativo. A seguir, constam a crônica e o questionário:

Nome-----

Leia atentamente o texto abaixo e, a seguir, responda as questões:

SEXTA-FEIRA 13

Luís Fernando Veríssimo

- 1 - Não sou supersticioso – dizia, mas nas sextas-feiras 13 fazia o seguinte: não saía de casa. Entende?
- 2
- 3 - Vamos que me acontece alguma coisa. Aí eu fico supersticioso.
- 4 Para proteger seu racionalismo, não se expunha. Não saía de casa. Não saía nem da
- 5 cama.
- 6 - Telefona para o trabalho. Diz que eu estou gripado. A mãe ia telefonar.
- 8 - E mãe...
- 9 - O quê?
- 10 - Me traz o café na cama?
- 11 A mãe trazia.
- 12 Ontem ele pediu para a mãe telefonar. Em vez de gripe, para não desconfiarem,
- 13 mandou dizer que tinha torcido o pé.
- 14 No escritório as pessoas comentaram:
- 15 - Já notaram? Toda sexta-feira 13 acontece alguma coisa com ele.
- 16 - Que azar!
- 17 Tomou café, almoçou e jantou na cama. Só levantou duas ou três vezes para ir ao
- 18 banheiro – com muito cuidado. Dormiu um pouco. Leu um pouco, nada muito
- 19 arriscado. Só quando o velho relógio da sala, o que imitava o Big Ben, tocou meia-
- 20 noite ele se levantou, escovou os dentes, tomou banho e se arrumou para sair.
- 21 - Onde é que tu vai? – perguntou a mãe.
- 22 - Pra vida, coroa. Pra vida. Encontrou com a turma no bar. Durante a conversa, um
- 23 dos amigos comentou:
- 24 - Ganhamos uma hora de existência. E o outro comentou:
- 25 - Ganhamos, não. Recuperamos. Ele não entendia nada.
- 26 - Como? O quê? Que história é essa?
- 27 - Acabou o horário de verão. Todos os relógios atrasaram uma hora.
- 28 - Quer dizer que ainda é sexta-feira 13? Um amigo olhou o relógio.
- 29 - Por mais... vinte e dois minutos. Ele saiu correndo do bar. Precisava voltar para
- 30 casa. Precisava voltar para a...
- 31 Desapareceu num bueiro.

Perguntas sobre o texto:

1) A que gênero pertence o texto acima? Justifique.

2) Quem é o autor do texto?

3) Quem relata os fatos? Como você identifica esse responsável?

4) O que indica o uso do travessão?

5) Nas linhas 1 e 2, você considera a existência de quantas pontos de vista? Quais são eles? A quem se relacionam tais posições?

6) Na linha 1, quem está falando? Que marcas auxiliam você na identificação dessa fala?

7) A quem o narrador se dirige, na linha 2, quando pergunta: Entende? Qual o efeito que essa pergunta produz na leitura do texto?

8) No texto há mais de um ponto de vista sobre a relação das pessoas com a sexta-feira 13 e com a superstição. Você se identifica com qual posição? Por quê?

9) Que palavra você acha que ficou faltando após as reticências da linha 30? Justifique com base no texto?

10) Ao todo, quantas falas (ou vozes) você identifica no texto? A quem pertencem?

2.3 Procedimentos de análise

Como já explicitado nesse trabalho, a polifonia está relacionada à coexistência de falas de sujeitos diferentes num mesmo espaço discursivo e, sendo assim, o sentido de um enunciado nasce da confrontação dessas diferentes vozes que ali aparecem. Conforme antes explicitado, focaremos nossa análise na figura do locutor.

A partir da leitura de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, intitulada Sexta-Feira 13, os sujeitos responderam a um questionário no qual foram levados a refletir sobre as diferentes vozes de locutores que aparecem no texto e a identificar a quem elas são atribuídas. A aplicação das perguntas foi coletiva, todos os sujeitos responderam às perguntas no mesmo momento e contando com um tempo de uma hora. O material utilizado foi apenas três folhas contendo a crônica e as questões sobre o discurso narrativo.

O procedimento de análise desse trabalho visa relatar a capacidade dos alunos de reconhecer, ou não, as muitas vozes que surgem durante a leitura de um texto narrativo, no caso, a crônica, e as marcas utilizadas para destacar tais vozes.

Com as perguntas do questionário, pretende-se verificar se os alunos conseguem distinguir as diferentes vozes e os diferentes planos de enunciação, conforme QUADRO 1, item 1.3, p.23, proposto por Silva (1996).

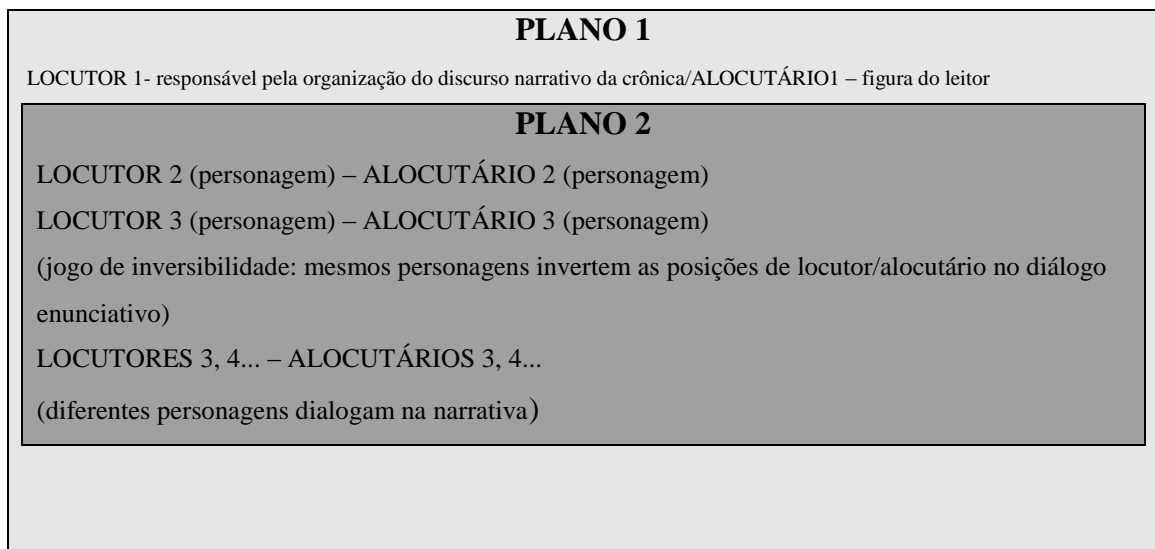
Através desse quadro, podemos perceber que há uma hierarquia de falas. Primeiramente, temos o sujeito falante, que é o autor efetivo, o produtor do enunciado. A seguir, aparece o locutor 1 (L1), que é o responsável pelo enunciado, isto é, o sujeito a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação, sujeito presente no próprio enunciado. Por ser o narrador, ele está inscrito no sentido do enunciado e pode deixar marcas nesse último, tais como marcas de primeira pessoa. Por fim, temos os personagens (L2, L3, L4...), que falam a partir do discurso do narrador, seja através do discurso indireto ou da forma direta. Cada uma dessas figuras apresenta falas distintas na narrativa, denotando o fenômeno da polifonia.

Através das questões elaboradas a partir da crônica, verificaremos se os alunos fazem o reconhecimento dessas figuras durante o processo de leitura e também se conseguem recuperar essas vozes quando colocadas de forma a exigir do leitor uma maior atenção, seja por aparecerem misturadas com a voz do narrador seja por se fazerem necessárias muitas retomadas ao texto para que haja uma compreensão total.

3. A POLIFONIA NO DISCURSO NARRATIVO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DA LEITURA PRODUZIDA PELOS ALUNOS

Considerando que a leitura de um texto narrativo requer o reconhecimento pelo leitor dos diferentes planos enunciativos e das distintas vozes inseridas nesses planos, neste item pretendemos verificar se os alunos (sujeitos da pesquisa) diferenciam as distintas vozes de locutor nos diferentes planos enunciativos e como distinguem essas vozes. Para tanto, partimos do seguinte diagrama, que representa esses planos:

DIAGRAMA



Além desse diagrama, valemo-nos do quadro abaixo delineado por Silva (1996), que aponta os traços característicos das vozes nos diferentes planos da narrativa levantados por Wolf & Hicks (1989).

QUADRO 2 - Traços característicos das vozes, segundo Wolf & Hicks (1989).

A - Sistema referencial

- 1) 1ª pessoa pronominal
- 2) 2ª pessoa pronominal
- 3) 3ª pessoa pronominal
- 4) Nominal

B - Forma do enunciado

- 1) Declarativo
- 2) Imperativo
- 3) Interrogativo

C - Sistema temporal

- 1) Flexões verbais
 - Presente
 - Passado
- 2) Tipo semântico do verbo
 - Estado físico (ter, ser)
 - Estado interno (pensar, sentir)
 - Processo (jogar, nadar, aprender)
- 3) Conetivos
 - Seqüenciais (e, e - então)
 - Temporais (depois, antes, enquanto)
 - Causais (porque)

A partir dessa classificação, as autoras prevêem, segundo Silva (1996) os seguintes traços característicos para cada tipo de voz:

* **enunciados com voz de narrador:** predominantemente declarativos, contêm, geralmente, 3ª pessoa pronominal, têm longa proporção de verbos de evento (ações *punctuais*), maior uso de tempo passado e são temporalmente seqüenciados (maior uso de conetivos);

* **enunciados com voz de personagem:** predominantemente interativos, presença de sentenças interrogativas, exclamativas e imperativas, além de declarativas; contêm 1ª e 2ª pessoas pronominais; maior uso do tempo presente; verbos representando estados internos (pensamentos e sentimentos das personagens); não são, necessariamente, temporalmente seqüenciados;

* **enunciados com voz de autor:** predominantemente interativos, presença de sentenças interrogativas, exclamativas e imperativas; contêm 1ª e 2ª pessoas pronominais; uso do tempo verbal presente; não necessitam ser temporalmente seqüenciados.

O Quadro 3 abaixo mostra a resposta dos alunos às questões levantadas na pesquisa, conforme a seção 2.2 da Metodologia para, a partir dele, mostramos como os alunos distinguem as vozes na narrativa.

QUADRO 3 – Respostas dos alunos ao questionário aplicado.

QUESTÃO/ALUNO	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4	Aluno 5	Aluno 6
1. A que gênero pertence este texto? Justifique	É uma crônica, porque conta um fato do cotidiano pelo ponto de vista do narrador.	Crônica. Relata uma situação do cotidiano.	Uma crônica, porque narra o cotidiano em linguagem informal através da opinião narrador.	O texto é uma crônica, porque conta algo simples, do dia-a-dia.	Crônica, porque é a narrativa do cotidiano de alguém.	O texto é uma crônica, porque fala de fatos do cotidiano.
2. Quem é o autor do texto?	Luís Fernando Veríssimo.	Luís Fernando Veríssimo.	Luís Fernando Veríssimo.	Luís Fernando Veríssimo.	Luís Fernando Veríssimo.	Luís Fernando Veríssimo.
3. Quem relata os fatos? Como você identifica esse responsável?	Um narrador em 3ª pessoa. Vejo pelos verbos.	O narrador, porque ele conhece todos os fatos.	Quem relata é Luís Fernando Veríssimo, vejo pelos verbos de 3ª pessoa.	Um narrador, porque ele tem conhecimento de tudo.	Um narrador. Identifico por causa dos verbos de 3ª pessoa.	O narrador, por causa dos verbos de 3ª pessoa.
4. O que indica o uso do travessão?	Indica que alguém vai falar.	Fala de algum personagem.	O uso do travessão indica uma fala no texto.	Indica a fala de alguém.	A fala de um personagem.	O uso do travessão indica que alguém está falando.
5. Nas linhas 1 e 2, você considera a existência de quantas pontos de vista? Quais são eles? A quem se relacionam tais posições?	Dois pontos de vista. O de alguém que é supersticioso e o de alguém que não é. Um pertence ao personagem e outro ao narrador.	Um ponto de vista, dizendo que o personagem não é supersticioso. Pertence ao personagem.	Dois pontos de vista. Um do personagem, dizendo que não é supersticioso e outro do autor do texto, que questiona a posição do personagem.	Tem dois pontos de vista. O do personagem, dizendo que não é supersticioso e o do narrador, dando a entender que ele é, sim.	Dois. Um diz que o personagem não é supersticioso, ponto de vista do próprio personagem. E outro diz que o personagem é supersticioso, esse é o ponto de vista do narrador.	Tem dois: um diz que o protagonista é supersticioso (opinião do narrador) e outro diz que o protagonista não é supersticioso (opinião do personagem).
6. Na linha 1, quem está falando? Que marcas auxiliam você na identificação dessa fala?	Primeiro quem fala é o personagem, pois tem um travessão. Depois o narrador é que fala, pois tem o verbo "dizia".	Quem fala é o personagem principal, porque tem um travessão.	O personagem começa falando, porque aparece um travessão. Depois o autor continua falando pelos verbos de terceira pessoa, como dizia e fazia.	Quem fala é o personagem principal. As marcas que auxiliam é o travessão e os verbos em terceira pessoa do singular que vem depois.	Quem fala primeiro é o personagem principal, dá pra ver pelo travessão. Depois o narrador continua contando a história, dá pra ver pelos verbos.	O personagem fala primeiro, pois aparece o travessão e depois o narrador fala, pois tem verbos na terceira pessoa do singular.
7. A quem o narrador se dirige na linha 2 quando pergunta: Entende? Qual o efeito que essa pergunta produz na leitura do texto?	Ele se dirige ao leitor. É um efeito de deboche. O narrador debocha do protagonista mostrando que ele tá mentindo.	Se dirige ao leitor. O "entende" dá um efeito de dúvida, pra ver se o leitor entende o que foi falado.	O narrador se dirige ao leitor. A pergunta cria uma interação do autor com o leitor, intimidando ele a participar.	O narrador se dirige ao leitor. Essa pergunta deixa a leitura mais dinâmica.	Se dirige a nós, os leitores. A pergunta é uma ironia do narrador, tirando sarro do personagem.	O narrador se dirige ao leitor. O efeito da pergunta é de ironia, porque ele está debochando do personagem.

8. No texto há mais de um ponto de vista sobre a relação das pessoas com a sexta-feira 13 e com a superstição. Você se identifica com qual posição? Por quê?	Me identifico com o que não acha que é um dia de azar, porque na verdade é um dia como qualquer outro.	Com o de não ser supersticioso, porque não existe dia do azar, isso não passa de um mito.	Concordo com quem acha superstição uma bobagem, porque isso só existe na cabeça das pessoas.	Não acredito em sexta-feira 13, porque na verdade não acontece nada demais nesse dia, é igual aos outros.	Me identifico com o que não é supersticioso, porque eu vejo as coisas com muita naturalidade na vida e não levo pro lado da superstição	Eu me identifico com o ponto de vista de não ser supersticioso, porque não acredito nessas besteiras que inventam.
9. Que palavra você acha que ficou faltando após as reticências da linha 30? Justifique com base no texto?	Cama, porque nas linhas 4 e 5 diz que ele não saía de casa, nem da cama.	Cama, porque apareceu antes no texto.	Faltou a palavra cama, porque no início aparece que o personagem não saía de casa nem da cama.	Cama, porque o personagem passou o dia fugindo do azar, se escondendo na cama.	Cama, porque o personagem fugia do azar sem sair de casa nem da cama.	Cama, porque ele ficava nela pra fugir do azar na sexta-feira 13.
10. Ao todo, quantas falas (ou vozes) você identifica no texto? A quem pertencem?	Personagem, narrador, mãe, pessoas do escritório, um amigo do bar, outro amigo do bar.	Quatro. Narrador, personagem principal, mãe, amigos.	Cinco vozes. Personagem, mãe, pessoas do escritório, amigo e autor do texto.	Cinco vozes. Personagem, mãe, colegas de trabalho e dois amigos do bar.	Cinco. Personagem principal, narrador, mãe do personagem, pessoas do escritório e amigo que estava no bar.	Sete falas. Narrador, personagem, mãe, dois colegas de trabalho, dois amigos do bar.

A análise das respostas traçará, em um primeiro momento, a relação dos sujeitos da pesquisa com as questões, tratando da distinção das vozes estabelecida pelos pesquisados de modo geral para, após, entrarmos nas particularidades dos planos enunciativos e das marcas linguísticas utilizadas para a distinção das vozes. Por fim, discutiremos a importância dessa distinção de vozes para a constituição do aluno como leitor competente de textos narrativos.

Partindo do pressuposto de que o sentido do enunciado nasce da confrontação dos diferentes pontos de vista dos personagens, é que procuraremos observar, nas respostas dos alunos, essas diferentes vozes e seus respectivos pontos de vista, além de fazermos uso de outras noções desenvolvidas ao longo deste estudo.

Como os alunos já haviam trabalhado com a crônica e o conto no primeiro trimestre, a primeira pergunta tinha por objetivo verificar se os alunos de fato haviam entendido o que caracteriza uma crônica e se podiam identificá-la através das características que haviam sido trabalhadas em aula: narração de fatos do cotidiano, presença de um narrador que imprime no texto seu ponto de vista, independente de aparecer em primeira ou terceira pessoa, narrativa informal, com o uso da fala do cotidiano, às vezes, carregada de sentimento, de emoção, de ironia ou de crítica social. Demonstrando claro entendimento do gênero, todos os sujeitos o reconheceram, ainda que nem todos tenham observado somente as mesmas características: quanto ao fato de a crônica narrar um fato do cotidiano, todos os sujeitos apontaram essa característica; apenas os alunos 1 e 3 citaram a presença de um narrador imprimindo seu parecer e somente o aluno 3 apontou o fato de o texto apresentar linguagem informal.

Nas perguntas 2 e 3, são tratadas a questão da autoria e da diferença entre autor e narrador. Percebemos que os sujeitos diferem claramente o narrador (L1), o sujeito a quem se atribui a responsabilidade da sua enunciação, do autor do texto, produtor do enunciado, no caso, Luís Fernando Veríssimo. Apenas o aluno 3 diz ser “Luís Fernando Veríssimo quem relata os fatos, não conseguindo diferenciar essas duas diferentes figuras, autor e narrador, que possuem também papéis diferentes. Quando solicitados a mostrar de que forma identificam o responsável por relatar os fatos, os sujeitos atribuem aos verbos de terceira pessoa a presença clara dessa voz no texto, pois, como já vimos nesse trabalho, o locutor 1 está inserido no sentido do enunciado, deixando nele marcas de pessoa e de tempo.

Através da pergunta 4, pudemos observar que os alunos têm clareza de que sempre que o travessão surge numa narrativa é porque está sendo introduzida a fala de um personagem (L2) através do discurso do narrador (L1). Sendo assim, torna-se mais visível para o leitor essa confluência de vozes, em que cada figura possui falas distintas no texto.

As perguntas 5 e 7 estão relacionadas ao fato de que a compreensão uma depende da de outra, pois é necessário que se reconheça ali a existência de mais de um ponto de vista. A partir dessas duas perguntas, intentávamos saber se os alunos entendiam a quem o narrador estava se dirigindo e, com uma simples pergunta “Entende?”, que efeito isso gerou no sujeito leitor. Só o fato de a pergunta feita pelo narrador poder gerar surpresa no leitor, por não ser o que ele esperava ler, mostra que ali há no mínimo uma voz diferente da que se apresentava antes e, pelas respostas, fica claro que todos os sujeitos, com exceção do aluno 2, reconhecem a existência de mais de um ponto de vista, diferenciando ao menos entre o ponto de vista do narrador e do personagem.

Através das respostas, observamos que todos os sujeitos tiveram clareza de que na linha 2 o narrador em terceira pessoa se dirige ao leitor e que apenas metade dos sujeitos conseguiu observar o fenômeno da ironia. A respeito da ironia, Ducrot (1987) nos esclarece que:

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele a considera absurda. (DUCROT, 1987, p. 198)

Sendo assim, é fácil perceber na ironia a presença de polifonia, pois, se não houvesse no enunciado ao menos um ponto de vista, insustentável, que não é atribuído ao locutor, nos

seria impossível sermos irônicos. Esse ponto de vista absurdo e insustentável não foi identificado pelos alunos 2, 3 e 4, que julgaram que a pergunta feita pelo narrador tinha apenas o intuito de promover interação com os leitores ou gerar um simples questionamento, e não manifestar a presença desse enunciador.

Desse esboço geral, passamos a responder, na análise, a questões específicas: 1) os sujeitos da pesquisa identificam os diferentes planos de enunciação na narrativa (cf. diagrama 1)?, 2) os sujeitos da pesquisa distinguem os diferentes locutores como ligados a distintos planos de enunciação (cf. diagrama 1)? e 3) os sujeitos da pesquisas se ancoram em quais marcas linguísticas para distinguirem as vozes na narrativa (cf. tabela 2)?

Embora nem todos, a grande maioria dos sujeitos da pesquisa mostrou identificar os diferentes planos de enunciação na narrativa, distinguindo entre as diferentes figuras enunciativas. Passemos a analisar, então, de que forma se deu esse reconhecimento e quais foram as dificuldades enfrentadas por aqueles que não conseguiram atingir esse nível de identificação.

Por se tratar de uma narrativa em discurso relatado, torna-se mais fácil constatar a presença de pluralidade de sujeitos responsáveis pelo que é enunciado em certas assertivas, principalmente pelo fato de os verbos aparecerem na terceira pessoa do singular e em tempo passado, além do uso recorrente do travessão. As perguntas 3 e 4 parecem tornar isso claro, pois ali pudemos delimitar que marcas linguísticas os sujeitos se ancoram para fazer a distinção das vozes na narrativa. Ainda que o aluno 3 tenha atribuído a responsabilidade do relato dos fatos a Luís Fernando Veríssimo, vemos que ele se ampara nos verbos de terceira pessoa para fazer a distinção entre o narrador/autor (o que relata os fatos) e o personagem principal, ainda que a voz deste último tenha aparecido primeiro.

O texto inicia com um travessão marcando a fala do personagem e, em seguida, aparece o verbo em terceira pessoa, marcando uma voz distinta, a do narrador (locutor principal). Ainda que a voz do narrador apareça só depois, a fala foi concedida ao personagem por ele (narrador), como mostra o verbo. O narrador (locutor principal) utiliza o discurso direto para marcar a fronteira entre o seu enunciado e o enunciado que foi citado (das personagens/voz de outros locutores). As respostas dos sujeitos a essas duas perguntas mostram que eles reconhecem a existência de uma hierarquia entre as falas: o narrador (L1) é responsável pelo enunciado como um todo e o personagem (L2), pela parte do enunciado que lhe é atribuída, como se pode ver nas respostas da questão 5 (Quadro 3).

Apenas conseguindo fazer essa distinção clara de vozes é que os sujeitos também poderiam responder de forma correta a pergunta 6, referente a quem pertence a fala na primeira linha. Como já explicitado antes, aparecem ali duas vozes, a do personagem e, em seguida, a do narrador. No entanto, o aluno 2 reconhece apenas a voz do personagem, citando como marca de identificação o travessão e o aluno 4 ainda atribui ao personagem a marca de terceira pessoa, mesmo o personagem tendo sido marcado antes com o verbo de primeira pessoa “sou”. O uso do verbo dizer em terceira pessoa e, em tempo passado, deveria ser suficiente para marcar a troca de voz, no entanto, não é o que ocorre.

Interessante notar aqui que o aluno 3 atribuiu uma fala ao personagem e outra ao autor do texto, não ao narrador. Como já pudemos observar antes na pergunta 3, esse mesmo sujeito já havia atribuído ao autor o relato dos fatos e aqui manifesta mais uma vez não fazer distinção entre essas duas figuras.

As perguntas 5 e 7 exigiam por parte do leitor maior atenção para que conseguisse recuperar no texto não só vozes, como os pontos de vista. Já vimos que, nas linhas 1 e 2, aparecem duas vozes, a do personagem e a do narrador. Devemos atentar, no entanto, para o fenômeno da ironia, suscitado quando o narrador pergunta: Entende? Apesar de possuir uma aparente simplicidade, nem sempre é tão fácil identificá-lo, como observamos através das respostas dos alunos 2, 3 e 4, que julgaram tratar-se de uma intenção do narrador de promover interação com o leitor ou gerar um simples questionamento. O enunciado irônico implica a presença de mais de uma voz no discurso com pontos de vista contraditórios, por isso o consideraremos como uma manifestação do fenômeno polifônico.

Sabemos que a polifonia de enunciador consiste na ocorrência de diferentes pontos de vista em um mesmo enunciado, postos em cena pelo locutor, e diante dos quais ele pode assumir uma postura de identificação, de aprovação ou mesmo de discordância. Assim, os enunciadores são esses pontos de vista que o locutor traz para o seu discurso, gerando uma polifonia não-marcada ou implícita. O enunciado *Não sou supersticioso*, expresso pelo enunciador 1, não é, como veremos, o ponto de vista do locutor. Ao inserir um segundo enunciador - *dizia, mas nas sextas-feiras fazia o seguinte: não saía de casa. Entende?*, o locutor apresenta pontos de vista contraditórios e faz a pergunta “Entende?” com o intuito de marcar essa contradição. Os alunos 1, 5 e 6 reconhecem esse efeito de sentido na voz do narrador (locutor principal), identificando ali um deboche por parte do narrador ao rechaçar o ponto de vista do personagem.

Entre todas as questões propostas aos sujeitos, talvez a última seja aquela que nos possibilite visualizar melhor o real reconhecimento de vozes feito pelos mesmos. A pergunta é simples: a solicitação busca a recuperação, na leitura realizada pelos alunos da crônica, de todas as vozes com a indicação a quem essas vozes pertencem. Dos seis sujeitos, um identificou quatro vozes, três identificaram cinco, um identificou seis e outro identificou sete. Explicitemos, então, quantas vozes surgem no texto, quais os alunos não conseguiram identificar e as possíveis causas disso.

Na primeira linha, aparece primeiramente a voz do personagem principal (L2), marcada pelo travessão, pelo tempo presente, pela 1ª pessoa pronominal e verbo representando estado interno do personagem. Por conter tantas marcas lingüísticas que marcam sua presença no enunciado, a voz do personagem foi identificada com facilidade por todos os sujeitos.

A seguir, surge o narrador (L1), que havia concedido voz ao personagem, mas agora assume o relato dos fatos. Sua presença é marcada ao longo da narrativa principalmente pelos verbos que se apresentam em terceira pessoa pronominal, em tempo passado e também através de enunciados temporalmente sequenciados. O sujeito 3 continua sem fazer distinção entre autor e narrador e atribui ao primeiro voz no enunciado, enquanto ignora a existência do segundo; o sujeito 4, da mesma forma, não reconhece a figura do narrador como estando presente na narrativa e cita apenas os personagens.

Na linha 14, através do discurso direto, o narrador confere voz às pessoas do escritório através de dois travessões consecutivos, vistos nas linhas 15 e 16. Os alunos 1, 3, 4 e 5 atribuem esses travessões à fala de um só responsável, que foi generalizado pelo narrador, a saber, as pessoas do escritório. Apenas o sujeito 6 aponta a existência de duas vozes, talvez pelo fato de aparecerem dois travessões, marcando o diálogo.

Nas linhas 24 e 25, surgem duas novas vozes concedidas pelo narrador a dois amigos do bar com os quais o protagonista se encontra. Nas linhas 27 e 29, aparecem duas vozes que nos parecem pertencer aos mesmos amigos de antes, porém não é possível afirmarmos isso, visto que o narrador cita-os apenas como “a turma do bar”, “um amigo”, “outro amigo”. Podemos afirmar que, nas linhas 23 e 24, trata-se de dois sujeitos diferentes, visto que o narrador marca a primeira voz como pertencente a “um amigo” e depois a “o outro”. Apenas os alunos 1, 4 e 6 fazem a leitura de que há a presença da fala desses dois amigos; o sujeito 2 cita apenas a voz dos “amigos” de forma generalizada; já os sujeitos 2 e 5, fazendo uma leitura menos atenta, identificam apenas uma voz, pertencente a um amigo.

A presença da voz da mãe do personagem foi identificada por todos os alunos. Confirmamos, assim como o aluno 6, a existência de sete vozes que se apresentam de forma clara no texto, pertencentes: ao personagem principal, ao narrador, à mãe, a duas pessoas do escritório e a dois amigos do bar. Assim, dos seis sujeitos participantes da pesquisa, apenas um conseguiu reconhecer essas sete vozes.

Como é possível perceber através do quadro de respostas, muitas foram as leituras feitas pelos alunos, algumas mais atentas, outras mais superficiais. A singularidade nas leituras deve-se, entre outras coisas, ao fato de que o discurso contém uma pluralidade de vozes e de que nem todos os sujeitos conseguiram fazer a verificação dessas vozes durante o processo de leitura, comprometendo a compreensão do sentido dos enunciados.

Ao longo da crônica, vários personagens dialogam entre si, contudo muitos dos alunos não conseguiram identificar algumas dessas figuras que estavam presentes na narrativa, conforme percebemos, entre tantas outras, pela última questão. É possível estabelecer a seguinte relação entre polifonia e leitura: os alunos que conseguem recuperar e perceber no texto a superposição de vozes que há entre os locutores e o modo como elas se entrelaçam apresentam maior criticidade na leitura e produzem mais sentidos ao discurso.

CONCLUSÃO

O postulado de Ducrot (1987) é o de que, no interior do enunciado/discurso, há várias vozes e de que o sentido nasce da confrontação dessas vozes, pois é constitutiva a presença de diálogo entre diferentes vozes no discurso do sujeito falante, sejam explícitas como a de locutor, sejam implícitas, como a de enunciadores.

A proposta deste trabalho foi utilizar o conceito de polifonia de locutor para verificar a capacidade dos alunos de reconhecimento das diferentes figuras enunciativas que se apresentam na narrativa através de alguns indicadores linguísticos para evidenciar a importância desse reconhecimento para o processo de leitura.

Como pressupúnhamos, as análises revelam que exercícios voltados para o reconhecimento da polifonia em narrativas constituem um procedimento importante para a leitura e interpretação de textos em sala de aula. Desenvolver atividades que levem os alunos a perceber que há várias vozes em um enunciado/discurso possibilita: 1) a constituição de sentidos pelo aluno-leitor ao discurso; 2) o desenvolvimento da capacidade dos alunos para reconhecerem o diálogo interno ao discurso narrativo; 3) a percepção de que a demarcação de vozes está ligada a determinadas marcas lingüísticas; 4) o desenvolvimento de uma capacidade de leitura dos sentidos implícitos constituídos pelos locutores no discurso narrativo.

Como o processo de leitura implica atribuição de sentido ao que se está lendo e esse sentido só nasce da confrontação de vozes presentes no enunciado, observamos que alunos que tiveram maior dificuldade em identificar essas vozes não conseguiram perceber o fenômeno da ironia, não distinguiram com facilidade a troca de falas entre locutores, além de não terem percebido o narrador como uma figura inscrita no sentido no enunciado e não apenas como um ser do mundo que relata os fatos.

O simples fato de leitores distintos atribuírem sentidos particulares a um mesmo discurso já deveria ser mais que suficiente para que nós, professores, focássemos em promover atividades que realmente levem nossos alunos a desenvolver maior criticidade, que os desafie a apreender do texto o não-dito, a perceber os diferentes locutores com distintos pontos de vista presentes no enunciado, principalmente, o fato de que há um locutor se posicionando frente aos pontos de vista desses locutores, concordando ou rechaçando.

Porém, o que vemos em muitas escolas são atividades baseadas em um método centrado na leitura decodificação, com um leitor passivo que recupera na leitura um único sujeito falante por trás do enunciado, um único ponto de vista e que acredita em um narrador imparcial.

Cabe a nós, professores, estimularmos nossos alunos a pensar, a ler o mundo e a perceberem as diferentes vozes e pontos de vista que estão inscritos nos discursos, para que então possam se posicionar de forma crítica frente a eles. Talvez, em um próximo estudo, pudéssemos aplicar estes mesmos exercícios a um grupo de professores. Não nos surpreenderíamos se descobríssemos que os alunos tivessem melhores resultados no reconhecimento das vozes, visto que, mesmo diante de recursos ainda insuficientes, eles têm resistido à leitura como mera decodificação e ao postulado de unicidade do sujeito falante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

_____. Enunciação. In: **Enciclopédia Eunadi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 2.

_____. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988. (Tradução de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez).

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PERRONI, Maria Cecília. **Desenvolvimento do discurso narrativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A polifonia no discurso narrativo infantil**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.